



PREFEITURA
DA CIDADE DO
RIO DE JANEIRO

**IPLANRIO - EMPRESA
MUNICIPAL DE INFORMÁTICA S.A.**

**CARTA ANUAL DE POLÍTICAS
PÚBLICAS E GOVERNANÇA
CORPORATIVA**

2020

Versão: 1.3



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Secretaria Municipal de Fazenda - SMF

Empresa Municipal de Informática - IPLANRIO



SUMÁRIO

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	5
2. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA.....	9
3. POLÍTICAS PÚBLICAS	11
3.1 Interesse Público Subjacente às Atividades da Empresa.....	11
3.2 Políticas Públicas	13
3.3 Metas Relativas ao Desenvolvimento de Atividades que Atendam aos Objetivos de Políticas Públicas	23
3.4 Recursos Financeiros e Impactos Econômico-Financeiros da Operacionalização das Políticas Públicas	30
4. GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	32
4.1 Políticas e Práticas de Governança Corporativa.....	32
4.2 Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos	47
4.3 Fatores de Risco	51
4.4 Controles Básicos de Riscos	56
4.5 Descrição da Composição e da Remuneração da Administração.....	58
4.6 Dados Econômico-Financeiros e Comentários Sobre o Desempenho .	59



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Secretaria Municipal de Fazenda - SMF

Empresa Municipal de Informática - IPLANRIO



CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA DA EMPRESA MUNICIPAL DE INFORMÁTICA S/A - IPLANRIO

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em conformidade com o artigo 8º, Incisos I, III e VIII, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, e o Decreto Nº 44.698 de 29 de junho de 2018, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa, da Empresa Municipal de Informática (IplanRio) referente ao exercício social do ano de 2020.

A construção de uma instituição sólida só acontece com o esforço conjunto de pessoas comprometidas com a ética, com a população, inovação, colaboração e eficiência com foco total na Transformação Digital oferecendo mais e mais serviços digitais.

Em 2019, a IplanRio ampliou a quantidade de entregas para o Município, levando inovação e transformação digital às diversas áreas da Prefeitura do Rio. Na Saúde, lançou o aplicativo Saude.Rio, com avaliação de atendimentos, busca de medicamentos e fila do Sistema de Regulação - SISREG. Em sete meses, o transporte sanitário via Taxi.Rio realizou seis mil e quinhentas corridas para centenas de pacientes. Lançou o novo licenciamento sanitário no SISVISA, vencedor do prêmio Case de Sucesso da IT4Cio. O SISBICHO, também para a Vigilância Sanitária, foi desenvolvido para permitir o cadastramento e chipagem de animais domésticos. Na Educação, desenvolveu o Novo Sistema de Matrícula, mais moderno e gerencial. Também disponibilizou a Declaração de Escolaridade on line,



que evitou o deslocamento dos responsáveis para emissão de 17 mil declarações anuais. Na área de Mobilidade, entregou o aplicativo Onibus.Rio e novas funções no aplicativo Taxi.Rio, que se reafirmou-se como ferramenta de sucesso, chegando a dez milhões de corridas. O módulo corporativo já é utilizado por 24 órgãos, com mais de 15 mil corridas realizadas. Na área da Fazenda, lançou a guia on line do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, com mais de quarenta mil guias emitidas. Para atendimento ao Servidor, lançou o Agendamento de Perícias Médicas, solução que permitiu aos órgãos a realização do agendamento do atendimento via intranet, melhorando o planejamento e controle da operação. Com foco no Urbanismo, criou o Agendamento Eletrônico de Audiências, para organizar a demanda e melhorar o atendimento, fazendo o agendamento direcionado às equipes que os avaliaram. Para recuperação de receitas e aumento da arrecadação, lançou o portal Licita Imóveis, dando visibilidade aos imóveis que a Prefeitura coloca à venda. Numa iniciativa inovadora, já no campo da Inteligência Artificial, lançou chatbot para a Procuradoria Geral do Município - PGM, piloto para atendimento inteligente em toda a Prefeitura. Ainda nessa área, criou duas ferramentas que fornecem informações gerenciais para a atuação da PGM nas ações judiciais e no gerenciamento da carteira da dívida ativa. Na área de Transparência e Controle, implantou o Contas.Rio e o Transparência.Rio, alinhados às melhores práticas de transparência. Fez parte do grupo gestor que lançou o LabGov, espaço de inovação para a busca de soluções para a cidade. Essas foram apenas algumas das iniciativas realizadas pela empresa no ano de 2019.



Em 2020, a IplanRio pretende avançar ainda mais na transformação digital e na adoção de tecnologias emergentes, entregando serviços ao cidadão a qualquer hora, de qualquer lugar, disponibilizando novos serviços on-line no Carioca Digital, repositório de todos os serviços da Prefeitura, que foi remodelado recentemente, incluindo o conceito de Identidade Única para acessos aos serviços públicos. A partir de agora os serviços para o cidadão serão acessados para Identidade Carioca, facilitando o acesso aos serviços. Esses novos serviços deverão contemplar a adoção de tecnologias emergentes, gerando ainda maiores benefícios e facilidade aos usuários. Os projetos Escola.Rio e Saude.Rio (que contempla o Telessaude.Rio) terão novas funcionalidades implementadas, de acordo com a necessidade e priorização das respectivas Secretarias. O Processo.rio substituirá gradativamente o SICOP na gestão dos processos administrativos. O sistema de Gestão Integrada de Tributos - GIT modernizará a arrecadação municipal ajudando a reduzir os riscos tecnológicos do mainframe. Na linha de informações estratégicas, iniciará o projeto da Malha Fiscal que identificará oportunidades de arrecadação a partir da melhor gestão de dados em ambiente de Big Data. Essas são apenas algumas das iniciativas que estão a caminho.

Nosso compromisso é de melhoria contínua dos serviços públicos a partir da transformação digital. A Instituição tem um olhar especial para corpo funcional e a partir da revisão do Plano Estratégico foram estabelecidos projetos com metas e indicadores que deverão ser perseguidos. Espera-se que com as metas estabelecidas se atenda a demanda da sociedade por serviços públicos ágeis, de qualidade e com menos burocracia.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Secretaria Municipal de Fazenda - SMF

Empresa Municipal de Informática - IPLANRIO

Conselho de Administração da IplanRio

Data: 18/09/2020



2. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

IDENTIFICAÇÃO GERAL

CNPJ/MF: 73.214.439/0001-90

NIRE: 33.3.0003224-0

Sede: Av. Presidente Vargas, 3131 – Salas 1301 a 1306 - Rio de Janeiro/RJ

Tipo de Estatal: Empresa Pública

Acionista Controlador: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Tipo Societário: Sociedade Anônima

Tipo de Capital: Fechado

Abrangência de atuação: Municipal

Setor de Atuação: Serviços (Tecnologia da Informação e Comunicação)

Diretor de Administração e Finanças:

Fábio Barbosa Baptista

Telefone: (21) 3971-1241

E-mail: fabio.baptista@rio.rj.gov.br



CONSELHEIROS DE ADMINISTRAÇÃO SUBSCRITORES DA CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

- Bruno Rainho Mendonça, Astrônomo da Fundação Planetário da Cidade do Rio de Janeiro;
- Clovis Albuquerque Moreira Neto, Procurador do Município; e
- Júlio César Urdangarin Batista Júnior, Diretor-Presidente da IplanRio.

DIRETORIA EXECUTIVA

- Júlio César Urdangarin Batista Junior, Diretor-Presidente - Ata 274 do Conselho de Administração de 19/12/2018 com validade a partir de 29/10/2018
- Fernando Ivo Pimentel Cavalcante, Diretor de Planejamento e Novos Negócios - Ata 262 do Conselho de Administração de 14/06/2017 com validade a partir de 01/02/2017.
- Fábio Barbosa Baptista, Diretor de Administração e Finanças - Ata 274 do Conselho de Administração de 19/12/2018 com validade a partir de 19/06/2018.
- João Antônio Cypriano Costa, Diretor de Operações - Ata 277 do Conselho de Administração de 20/03/2019 com validade a partir de 01/03/2019.
- Simone Torres de Assumpção, Diretora de Sistemas – Ata 285 do Conselho de Administração de 18/11/2019 com validade a partir de 14/10/2019.
- Márcia Costa de Souza Lima, Vice-Presidente - Decreto Rio “P” N° 819 de 14 de outubro de 2019, com validade a partir de 14/10/2019. O cargo de vice-presidente não consta no estatuto social da empresa.



3. POLÍTICAS PÚBLICAS

A Lei 13.303/16, em seu art. 8º, inciso I, exige a elaboração de *“carta anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, com a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas pela empresa pública, pela sociedade de economia mista e por suas subsidiárias, em atendimento ao interesse coletivo ou ao imperativo de segurança nacional que justificou a autorização para suas respectivas criações, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos, mensuráveis por meio de indicadores objetivos”*. Essas informações estão detalhadas a seguir:

3.1 Interesse Público Subjacente às Atividades da Empresa

A EMPRESA MUNICIPAL DE INFORMÁTICA S/A - IPLANRIO, empresa pública, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, integrante da Administração Indireta do Município do Rio de Janeiro, rege-se por este estatuto, pela Lei de criação nº 1.562, de 22 de fevereiro de 1990, pelas Leis nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelo Decreto Municipal nº 44.698, de 29 de junho de 2018, que regulamenta a Lei nº 13.303, de 2016 e demais disposições legais aplicáveis.

A empresa tem por objeto social a prestação de serviços de informática municipal, compreendendo as atividades de:

- I. planejar, implantar, gerenciar e integrar os recursos de tecnologia da informação, necessários à gestão da Administração Municipal;
- II. armazenar e manter dados brutos, elementares e as informações derivadas;
- III. planejar, desenvolver, implantar e operar os sistemas corporativos, que suportem os processos de gestão do Município;
- IV. planejar, contratar e gerir os recursos de telecomunicações necessários ao "backbone" corporativo municipal.



A função social da IplanRio é facilitar a vida do cidadão por meio de soluções tecnológicas inovadoras, ágeis e seguras, contribuindo para a eficiência do setor público.

As principais atividades desenvolvidas pela empresa, constantes em seu catálogo de serviço são:

Administração do Ambiente Operacional de TIC	Administração do Canal de Dados
	Comunicação de Dados Rede PCRJ (Gbps)
	Serviços de VPN
	Serviço de Caixa Postal Padrão
	Administração de Sistemas em Plataforma Alta
	Administração de Sistemas em Plataforma Baixa
	Atendimento no service desk
	Gestão de Workstation
Consultoria e Desenvolvimento de Sistemas	Consultoria
	Elaboração de Projetos de Rede
	Fábrica de Software



3.2 Políticas Públicas

O Planejamento Estratégico da PCRJ para os anos de 2017 a 2020 prevê a atuação da área de tecnologia da informação e comunicação na Iniciativa Estratégica “Cidade Digital,” que visa promover melhorias na capacidade de processamento de informações para suportar os serviços prestados ao cidadão, buscando diminuir os riscos tecnológicos dos serviços oferecidos e melhorar a segurança da informação. Além disso, tem por objetivo implantar a modalidade de Teletrabalho na cidade do Rio de Janeiro, buscando tornar as organizações mais competitivas, flexíveis e dinâmicas, sendo uma forma de estimular uma sociedade mais digital. Como resultados esperados teremos:

- Promoção do Rio de Janeiro a categoria de Cidade Inteligente;
- Melhoria da qualidade de vida do cidadão, com a diminuição dos índices de engarrafamento e, conseqüentemente, da redução da emissão de gases de efeito estufa, por meio do exemplo e incentivo às iniciativas de teletrabalho no setor privado;
- Melhoria da qualidade de vida dos servidores;
- Melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão, apoiados pelo ambiente de TIC, por meio de conexões à rede de dados melhores e mais rápidas, assim como aumento da confiabilidade, disponibilidade e segurança do ambiente do centro de dados que suporta os sistemas informatizados;
- Diminuição dos riscos tecnológicos dos serviços oferecidos pela Prefeitura.

Outra iniciativa estratégica que compete à IplanRio conduzir é a de “Processos Digitais” que compreende a implantação da gestão eletrônica de documentos e processos, a fim de permitir a interligação e tramitação eletrônica dos mesmos entre todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal. Tem-se por objetivo melhorar a eficiência, controle e transparência na tramitação de processos e documentos, assim como agilizar e facilitar a comunicação e relacionamento com cidadãos e instituições. A implantação permitirá diminuir o consumo de papel,



reduzindo custos, reduzindo o impacto no meio ambiente e dando mais agilidade, transparência e controle às análises de processos. Com o novo sistema, os processos poderão ser analisados em mais de uma área simultaneamente, o que deverá reduzir o tempo de tramitação dentro da Prefeitura. Inicialmente seria adotada como plataforma tecnológica o SEI – Sistema Eletrônico de Informações, desenvolvido em software livre, mas em função dos trâmites administrativos, em 2020 a plataforma foi alterada para o “Sistema Eletrônico de Documentos e Processos - Processo.rio”, instituído pelo Decreto Rio Nº 47769 de 7 de agosto de 2020. Como resultados esperados para esta iniciativa, teremos:

- Melhoria da eficiência, controle e transparência na tramitação de processos e documentos, assim como gerar agilidade e facilidade na comunicação e relacionamento com cidadãos e instituições;
- Diminuição do uso de papel, reduzindo os custos e o impacto no meio ambiente, e dando mais agilidade, transparência e controle às análises de processos;
- Redução no custo, na gestão e tramitação de processos em meio físico.
- Elevação da posição da cidade do Rio de Janeiro no Ranking de Transparência e da Lei de Acesso à Informação.



Na elaboração de seu Planejamento Estratégico 2019 – 2021, a IplanRio considerou os seguintes eixos de alinhamento estratégico:

- Plano de Desenvolvimento Sustentável;
- Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro;
- Integridade e Compliance Cariocas;
- Comitê de Governança de Políticas Públicas para Inovação - CGPPI-Rio;
- Comitê de Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação do Rio de Janeiro – CGTIC-Rio;
- Sistema Municipal de Informática – SMI.

O Plano Estratégico da empresa que definiu as diretrizes para os próximos 3 anos, tem por base os seguintes componentes essenciais:

Negócio	Soluções tecnológicas.	
Missão	Prover soluções tecnológicas para melhorar a vida na Cidade do Rio de Janeiro.	
Visão	Ser líder na transformação digital no setor público entre as capitais brasileiras.	
Valores	<ul style="list-style-type: none">• Ética• Comprometimento• Respeito• Eficiência	<ul style="list-style-type: none">• Colaboração• Transparência• Inovação



Objetivos Estratégicos

- Entregar produtos e serviços inovadores para a cidade;
- Fortalecer a governança de TIC na Prefeitura do Rio;
- Promover economia para a Administração Pública;
- Gerar receitas para a Prefeitura do Rio a partir de produtos e serviços;
- Fortalecer o relacionamento com clientes e colaboradores.

Estratégias

- Rever o Modelo de Governança estabelecido;
- Definir estratégia mercadológica interna e externa;
- Firmar parcerias;
- Elaborar plano orientado para compliance;
- Estabelecer programa voltado para transformação digital e cidades inteligentes;
- Identificar iniciativas que representem redução de custos ou aumento de receitas para a Prefeitura;
- Elaborar plano de marketing interno e externo;
- Desenvolver pessoas como ativo estratégico;
- Adotar práticas de sustentabilidade.



Projetos para atender às estratégias definidas no Plano Estratégico

Ação estratégica	Descrição	Produto a ser entregue
Elaborar Planos de Ação de TIC aplicada na PCRJ	Através das Gerências Técnicas de Informática, interagir com os órgãos para elaborar planejamento bianual de TIC	Plano de Ação de TIC dos órgãos elaborado
Redesenhar SMI e CGTIC	Desenhar o sistema de governança tecnológica e de informação da PCRJ, definindo papéis institucionais e componentes estruturais.	Minutas de decreto contendo atribuições do SMI e CGTIC
Redesenhar cadeia de valor e estrutura da empresa	A partir do plano estratégico desenhado, construção da cadeia de Valor da IplanRio e derivação da estrutura organizacional de suporte.	Documento descrevendo a cadeia de valor e a nova estrutura da empresa
Dimensionar quadro técnico	A partir dos processos identificados na Cadeia de Valor e das competências instaladas na IplanRio, identificar os gaps e dimensionar o quadro técnico.	Documento relacionando as quantidades e perfis necessários
Estruturar a empresa para absorção de tecnologias emergentes	Buscar parceiros de mercado e iniciativas bem sucedidas na área de tecnologias emergentes (IA, RPA, Chatbot e outras)	
Implantação do Teletrabalho na PCRJ	Projeto integrante do Planejamento Estratégico da Prefeitura sob responsabilidade da IplanRio	Minuta de decreto regulamentando o Teletrabalho na Prefeitura; Projeto de Lei para implantação de Política Municipal de Teletrabalho. Servidores da PCRJ em Teletrabalho



Ação estratégica	Descrição	Produto a ser entregue
Implantação do Processo.Rio (Iniciativa Processos Digitais do PE)	Implantação da gestão eletrônica de documentos e processos, a fim de permitir a interligação e tramitação eletrônica dos mesmos entre todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.	Implantar 80% dos Processos Administrativos em processo digital até o final de 2020, tendo como referência dezembro de 2016
Implantar projeto para ambiente de trabalho flexível	Elaborar projeto para criação de ambiente de trabalho flexível, no estilo "coworking", sem postos fixos.	Projeto de arquitetura elaborado; ambiente implantado.
Implantar gestão de custos na IplanRio	Criar área para gestão de custos, responsável por definir os custos dos serviços que prestamos e estimar a redução de custos obtida através das iniciativas de transformação digital, incluindo métodos, processos e ferramentas	Área de custos criada, com plano de trabalho definido
Elaborar plano de ação para conformidade com a LGPD	Considerando a entrada em vigor da LGPD, elaborar plano de ação para garantir a conformidade	Plano de trabalho entregue
Desenhar e implementar DEVOPS	Avançar na implantação do DEVOPS (conjunto de práticas para integração entre as equipes de desenvolvimento e operações), adotando processos automatizados e ferramentas para produção rápida e segura de aplicações e serviços.	Um núcleo de desenvolvimento utilizando a metodologia.
Consolidar o uso de nuvem híbrida	Avançar no uso da nuvem pública e promover sua integração com a nuvem privada	Ata de registro de preços de nuvem pública disponibilizada e ferramenta de gestão de nuvens implantada



Ação estratégica	Descrição	Produto a ser entregue
Desenhar e implementar área de atendimento para a IplanRio	Criar área de atendimento para atuar voltada às necessidades da IplanRio	Entrega de três marcos de projetos internos sob a condução dessa área
Reduzir risco operacional (PE)	Ampliação e melhoria da gestão da infraestrutura tecnológica para suportar os serviços prestados ao cidadão.	Reduzir 30% do risco operacional dos serviços da Prefeitura associados ao ambiente de Tecnologia de Informação e Comunicação – TIC,
Elaborar plano de ação para conformidade com a Integridade Carioca	[Re]Desenho de processos de trabalho para alinhamento às práticas de governança corporativa contempladas nos Sistemas de integridade Carioca Compliance Carioca.	Plano de ação elaborado
Desenvolver modelo de incentivo à pesquisa acadêmica em Tecnologias para Governo	Através da implantação do LabGov, aproximar a academia do governo com o objetivo de propor soluções para a cidade; definir conteúdos de programas e formas de incentivo (custeio) à pesquisa acadêmica em temas ligados a processos e tecnologias aplicados no ambiente de negócio do setor público.	* LabGov em operação; * Programas de pesquisa acadêmica implantados em universidades.
Elaborar plano de desenvolvimento de lideranças	Elaborar um programa voltado a capacitar atuais líderes e preparar a linha sucessória	Programa de Desenvolvimento de Lideranças concluído



Ação estratégica	Descrição	Produto a ser entregue
Implantar plataforma de colaboração interna	Pesquisar, avaliar, definir e implantar plataforma de software colaborativo no ambiente corporativo da IplanRio.	Ferramenta de colaboração implantada
Fortalecer a gestão de projetos	Aperfeiçoar os métodos, as técnicas e as práticas de gestão de projetos na IplanRio, reforçando a atuação do Escritório de Projetos.	Treinamentos realizados
Implantar a gestão de processos internos	Definir métodos, técnicas, ferramentas e responsáveis pela gestão de processos na IplanRio.	Práticas de gestão de processos implantadas; responsáveis pela gestão de processos definidos.
Difundir a metodologia Ágil	Expandir e aprofundar o uso da metodologia Ágil entre as equipes. Essa metodologia baseia-se nas entregas de produtos parciais em iterações (normalmente de 15 dias)	Pelo menos mais 1 equipe utilizando a metodologia, a partir da referência de times em 2018 (36 times)
Transformar o ambiente de trabalho para obter o melhor das pessoas e atingir resultados melhores e mais sustentáveis para a empresa, para a sociedade	A partir da percepção das pessoas, entender os critérios que mais influenciam a sua percepção do ambiente de trabalho e elaborar plano de ação para alcançar essa transformação	Elaborar Plano de Ação para transformar o ambiente
Rever o PCS	Revisar o PCS existente à luz do Plano Estratégico da IplanRio, propondo adequações.	PCS revisado



Ação estratégica	Descrição	Produto a ser entregue
Realizar pesquisa de clima	Identificar os principais problemas apontados pela equipe da IplanRio, visando a aplicação de ações de melhoria.	Pesquisa realizada
Elaborar plano de incentivo a certificações, pós graduação, mestrado e doutorado	Definir e implantar modelo de incentivo à auto capacitação para profissionais da IplanRio.	Resolução publicada contendo os incentivos
Estabelecer Plano de divulgação das nossas atividades e projetos interna e externamente	Planejar e implementar ações de marketing interno e externo.	Plano elaborado com ao menos três ações realizadas
Efetuar diagnóstico de oportunidades para transformação digital	Criar área específica para transformação digital, elaborar metodologia para identificação de oportunidades	Área criada e Metodologia difundida e adotada pelas GTIS
Qualificar iniciativas de transformação digital mapeadas	Aplicar a metodologia e priorizar as iniciativas, considerando as que possuem maior abrangência e impacto nos cidadãos	Relatório contendo as 300 (trezentas) iniciativas, tendo implantado ao menos 100 (cem) delas
Realizar Benchmarking com outras cidades para soluções inteligentes	Elaborar pesquisa comparativa entre cidades brasileiras com foco em "soluções inteligentes", identificando potenciais oportunidades de mercado.	Relatório de benchmark realizado com ao menos cinco grandes capitais brasileiras, apontando no mínimo 3 ações que podemos trazer para a Cidade



Ação estratégica	Descrição	Produto a ser entregue
Viabilizar iniciativas para propostas de projetos inovadores	Promover junto aos funcionários campanhas para que tenham espaço para proposição de projetos inovadores. Ex: hackathon interno	Pelo menos um Hackathon realizado
Implantar a coleta seletiva na empresa	Implantar a coleta seletiva de resíduos na empresa	Coleta seletiva implantada
Promover o descarte consciente de eletrônicos e insumos	Buscar ONGs para viabilizar o descarte adequado de eletrônicos e insumos e exigir o mesmo dos nossos fornecedores (outsourcing de impressão)	ONG selecionada
Incluir nos termos de referência de aquisição de equipamentos a exigência de certificados de baixo consumo de energia	Adequar as especificações técnicas para aquisição de produtos mais sustentáveis	Termos de referência com a exigência

As metas definidas para cada projeto para cada ano serão apresentadas na sessão a seguir no item 3.3.2 deste documento.



3.3 Metas Relativas ao Desenvolvimento de Atividades que Atendam aos Objetivos de Políticas Públicas

3.3.1 Metas do Plano Plurianual (PPA)

As metas estabelecidas no PPA da Entidade estão alinhadas ao Planejamento Estratégico da Cidade, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Descrição do Produto	Quantidade Meta Física no Ano	Valores Atingidos na Meta Física no Ano	Denominação da Ação	Denominação do Programa Estratégico	Área de Resultado	Meta Estratégica
4458 - Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) Modernizada	80%	0	3013 - Modernização Tecnológica	0547 – Cidade Digital	0007 – Governança para os Cidadãos	Reduzir 30% do risco operacional dos serviços da Prefeitura associados ao ambiente de Tecnologia de Informação e Comunicação – TIC, até 2020.
4774 - Unidade Administrativa Conectada em Fibra Ótica	13	0				
4296 - Arquitetura de Informações da PCRJ Implantada	100%	0%	3017 - Modernização da Arquitetura de Aplicação e Dados			
4776 - Servidor Alocado na Modalidade de Teletrabalho	500	85	3106 - Implantação da Modalidade de Teletrabalho			
4775 - Processo Administrativo Digital Implantado	60%	0	3107 - Sistema Eletrônico de Informações (SEI)	0553 – Processos Digitais		

Obs.: O projeto “Unidade Administrativa Conectada em Fibra Ótica” encontra-se em andamento, tendo atingido ao final de 2019 a quantidade de 2 unidades conectadas. O projeto “Arquitetura de Informações da PCRJ Implantada” teve 22,5% do seu escopo concluído ao final de 2019. Os valores das metas física destes projetos na tabela estão “zerados” para manter a compatibilidade com as regras de acompanhamento do PPA, que vincula o progresso físico a utilização de recursos financeiros/orçamentários.



3.3.2 Metas do Plano Estratégico da PCRJ

Iniciativa Estratégica “Cidade Digital”

Metas:

1. Número de servidores da Prefeitura atuando formalmente na modalidade de Teletrabalho.
 - Valor de referência: 0
 - Valor alcançado em 2019: 85
 - Valor previsto em dez/2020: 1.800 (PE); 998 (PPA)
2. Número de Unidades Administrativas da Prefeitura Conectadas em fibra óptica.
 - Valor de Referência: 47
 - Valor alcançado em 2019: 13
 - Valor previsto em dez/2020: 71

Indicador:

1. Índice de Redução de Risco Operacional.
 - Valor de Referência: 1.970
 - Valor alcançado em 2019: 1.843 (6,8 %)
 - Valor previsto em dez/2020: 1.379 (redução de 30% do valor referência)

Iniciativa Estratégica “Processos Digitais”

Meta:

1. Implantar 80% dos processos administrativos em processo digital até o final de 2020, tendo como referência o ano de 2016.
 - Valor de Referência: 0
 - Valor alcançado em 2019: 0
 - Valor previsto em dez/2020: 80%

Indicador:

1. Quantidade de Processos Administrativos Digitais
 - Valor de Referência: 0
 - Valor alcançado em 2019: 0
 - Valor previsto em dez/2020: 80%



3.3.3 Metas do Plano Estratégico da IplanRio

Ação Estratégica	Meta 2019		Meta 2020		Meta 2021	
	Descrição	Atingida	Descrição	Atingida	Descrição	Iniciado
Elaborar Planos de Ação de TIC aplicada na PCRJ	-	-	Plano de Ação de TIC dos órgãos elaborado	N	-	N
Redesenhar SMI e CGTIC	-	-	Minutas de decreto contendo atribuições do SMI e CGTIC	N	-	N
Redesenhar cadeia de valor e estrutura da empresa	-	-	Documento descrevendo a cadeia de valor e a nova estrutura da empresa		-	N
Dimensionar quadro técnico	-	-	Documento relacionando as quantidades e perfis necessários	N	-	N
Estruturar a empresa para absorção de tecnologias emergentes	Entendimento do processo de parcerias previsto na Lei 13.303; identificação de soluções de mercado de tecnologias emergentes	N	Uma parceria firmada ou prova de conceito realizada com pelo menos uma das tecnologias a seguir: RPA, IA, chatbot, machine Learning, Deep Learning		-	S
Implantação do Teletrabalho na PCRJ	Minuta de decreto regulamentando o Teletrabalho na Prefeitura	S	Projeto de Lei para a implantação da Política Municipal de Teletrabalho. 1800 servidores em Teletrabalho	N	2000 servidores em Teletrabalho	S
Implantação do Processo.rio (Processos Digitais do PE)	-	-	Implantar 80% dos Processos Administrativos em processo digital até o final de 2020, tendo como ref. dezembro de 2016	N	-	S



Ação Estratégica	Meta 2019		Meta 2020		Meta 2021	
	Descrição	Atingida	Descrição	Atingida	Descrição	Iniciado
Implantar projeto para ambiente de trabalho flexível	-	N	Projeto de arquitetura elaborado	N	Ambiente implantado	N
Implantar gestão de custos na IplanRio	Área de custos criada, com plano de trabalho definido	N	Firmar no mínimo 05 contratos a partir dos critérios estabelecidos pela área de Custos	N	-	S
Elaborar plano de ação para conformidade com a LGPD	-	-	Plano de Ação entregue; e 10% das atividades previstas para IplanRio executadas	S	30% das atividades previstas para IplanRio executadas	S
Desenhar e implementar DEVOPS	"Pipeline" a ser implantado estabelecido	N	05 projetos utilizando pipeline em pelo menos UM núcleo de desenvolvimento	N	Pipeline implantado em 05 núcleos de desenvolvimento	S
Consolidar o uso de nuvem híbrida	Disponibilização de ata de registro de preços de nuvem pública	N	Ferramenta de gestão de nuvens implantada		-	S
Desenhar e implementar área de atendimento para a IplanRio	-	N	Entrega de três marcos de projetos internos sob a condução da área	N	-	N
Reduzir risco operacional (PE)	Redução de 20% do risco operacional	N	Redução de 30% do risco operacional	N	-	S
Elaborar plano de ação para conformidade com a Integridade Carioca	-	-	* Plano de ação elaborado; * Iniciar a execução do Plano;	S	Ter 50% do Plano executado	S
Desenvolver modelo de incentivo à pesquisa acad. em Tecnologias para Governo	-	-	* LabGov em operação; * 1 Programa de pesquisa acadêmica formulado	N	1 Programa de pesquisa acadêmica implantado em uma universidade.	N



Ação Estratégica	Meta 2019		Meta 2020		Meta 2021	
	Descrição	Atingida	Descrição	Atingida	Descrição	Iniciado
Elaborar plano de desenvolvimento de lideranças	Kick Off do Programa, realização do primeiro curso de lideranças e definição das ementas e participantes do Programa em parceria com a FJG	S	Programa de Desenvolvimento de Lideranças concluído	S	-	S
Implantar plataforma de colaboração interna	Pesquisa de mercado das soluções	S	Elaboração de termo de referência para contratação, implantação da ferramenta	S	Ferramenta implantada	S
Fortalecer a gestão de projetos	Realizar treinamento de ao menos duas turmas de GP	S		S	-	S
Implantar a gestão de processos internos	-	-	Práticas de gestão de processos implantadas; responsáveis pela gestão de processos definidos.	N	-	N
Difundir a metodologia Ágil	Realizar treinamento de duas turmas sobre a metodologia	S	Pelo menos mais 1 equipe utilizando a metodologia estabelecida		Ter 15% dos times utilizando a metodologia estabelecida	S
Transformar o ambiente de trabalho para obter o melhor das pessoas e atingir resultados melhores e mais sustentáveis	Identificar os critérios GPTW Great Place To Work. E Identificar os itens de qualidade reconhecidos pelos funcionários	N	Elaborar Plano de Ação para transformar o ambiente	N	Ambiente de trabalho transformado	N
Realizar pesquisa de clima	-	-	Pesquisa realizada	N		N



Ação Estratégica	Meta 2019		Meta 2020		Meta 2021	
	Descrição	Atingida	Descrição	Atingida	Descrição	Iniciado
Rever o PCS	-	-	PCS revisado	N	-	N
Elaborar plano de incentivo a certificações, pós graduação, mestrado e doutorado	-	N	Resolução publicada contendo os incentivos	N	-	N
Estabelecer Plano de divulgação das nossas atividades e projetos interna e externamente	Elaborar agenda de participação em eventos e apresentação de cases	N	Elaborar agenda de participação em eventos e apresentação de cases e Plano elaborado com ao menos três ações realizadas		-	S
Efetuar diagnóstico de oportunidades para transformação digital	Área de transformação digital criada e metodologia elaborada	N	Metodologia difundida e adotada pelas GTIS	N	-	S
Qualificar iniciativas de transformação digital mapeadas	Relatório contendo as 100 (cem) iniciativas	N	100 (cem) iniciativas transformadas	N	-	
Realizar Benchmarking com outras cidades para soluções inteligentes	-	-	Relatório de benchmark realizado com ao menos cinco grandes capitais brasileiras, apontando no mínimo 3 ações que podemos trazer para a Cidade	N	-	



Ação Estratégica	Meta 2019		Meta 2020		Meta 2021	
	Descrição	Atingida	Descrição	Atingida	Descrição	Iniciado
Viabilizar iniciativas para propostas de projetos inovadores	Identificar situações problema para aplicação de Hackathon	N	Pelo menos um Hackathon realizado	N	-	N
Implantar a coleta seletiva na empresa	Verificar junto à COMLURB e ao prédio do Teleporto a possibilidade de realizar coleta seletiva e adquirir os recipientes adequados	S	Coleta seletiva implantada	N	-	S
Promover o descarte consciente de eletrônicos e insumos	Pesquisar as ONGs que realizam descarte de produtos eletrônicos e entrar em contato; entrar em contato com a empresa contratada para outsourcing de impressão e exigir o descarte consciente dos insumos	N	ONG selecionada	N	-	S
Incluir nos termos de referência de aquisição de equipamentos a exigência de certificados de baixo consumo de energia	Pesquisar as certificações existentes	N	Incluir as certificações no termo de referência, no que for possível		-	S

Observação: A meta dos projetos do plano estratégico para 2020 tem como prazo final 31/12/2020. As informações de preenchimento da meta consideradas para 2020 são provisórias tendo em vista terem sido avaliadas em 31/07/2020.



3.4 Recursos Financeiros e Impactos Econômico-Financeiros da Operacionalização das Políticas Públicas

A IplanRio viabiliza a consecução de políticas públicas da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, por meio da disponibilização de soluções digitais estruturantes para o governo. Estas são a base tecnológica para o bom funcionamento da administração pública e para a prestação de serviços ao cidadão.

Entretanto, a atual conjuntura econômica brasileira, com forte restrição no orçamento público, afeta consideravelmente a empresa, cuja fonte de recursos advém integralmente do Tesouro Municipal. Esta restrição pode comprometer a capacidade da empresa em investir em novas tecnologias e infraestrutura para prover as soluções digitais que atendam às políticas públicas da Prefeitura.

Programa: 0547 - Cidade Digital

Ação/Produto	Valor Previsto para o Investimento (R\$)		
	2019	2020	Total
3013 - Modernização Tecnológica			22.860.000,00
4458 - Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) modernizada	6.750.000,00	14.760.000,00	21.510.000,00
4774 - Unidade Administrativa conectada em Fibra Ótica	720.000,00	630.000,00	1.350.000,00
3017 - Modernização da Arquitetura de Aplicação e Dados			
4296 - Arquitetura de Informações da PCRJ Implantada	3.000.000,00	5.000.000,00	8.000.000,00
3106 - Implantação da Modalidade de Teletrabalho			
4776 - Servidor alocado na modalidade de Teletrabalho	2.040.000,00	440.000,00	2.480.000,00

Fonte: Estimativas realizadas no Plano Estratégico 2017-2020 da PCRJ

Programa: 0553 – Processos Digitais

Ação/Produto	Valor Previsto para o Investimento (R\$)		
	2019	2020	Total
3107 - Sistema Eletrônico de Informações (SEI)			
4775 - Processo Administrativo Digital Implantado	8.817.997,04	-	8.817.997,04

Fonte: Estimativas realizadas no Plano Estratégico 2017-2020 da PCRJ



As estimativas e previsões de recursos financeiros para execução dos programas previstos no PPA 2018-2021, mencionadas anteriormente, não foram concretizadas. Seguem abaixo, os quadros que demonstram a dotação inicial do orçamento constante do PPA e as respectivas alterações efetivadas no decorrer do exercício:

Programa: 0547 - Cidade Digital

Ação		Produto		Dotação Inicial (R\$)	Financeiro (R\$)		
					Acréscimos	Cancelamentos	Realizado
3013	Modernização Tecnológica	4458	Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) Modernizada	500,00	0,00	0,00	0,00
3013	Modernização Tecnológica	4774	Unidade Administrativa conectada em Fibra Ótica	0,00	0,00	0,00	0,00
3017	Modernização da Arquitetura de Aplicação e Dados	4296	Arquitetura de Informações da PCRJ Implantada	1.000,00	0,00	0,00	0,00
3106	Implantação da Modalidade de Teletrabalho	4776	Servidor alocado na modalidade de Teletrabalho	1.000,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Relatório de Avaliação do Plano Plurianual de 2018-2021, Programas Estratégicos e Complementares - Avaliação Completa - Exercício 2019

Programa: 0553 – Processos Digitais

Ação		Produto		Dotação Inicial (R\$)	Financeiro (R\$)		
					Acréscimos	Cancelamentos	Realizado
3107	Sistema Eletrônico de Informações (SEI)	4775	Processo Administrativo Digital Implantado	1.000,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Relatório de Avaliação do Plano Plurianual de 2018-2021, Programas Estratégicos e Complementares - Avaliação Completa - Exercício 2019

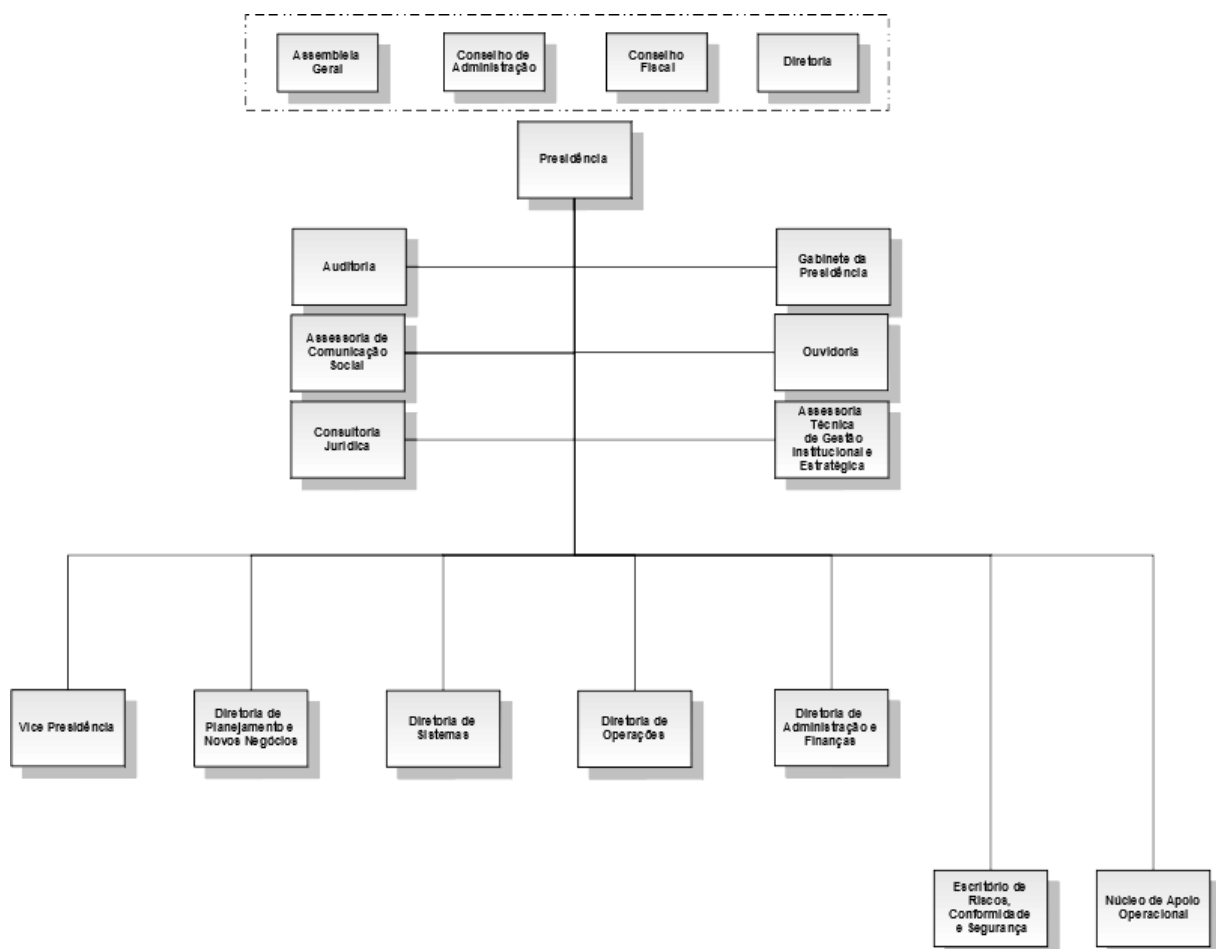


4. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Lei 13.303/16, em seu art. 8º, incisos III e VIII, exige a elaboração de “carta anual de governança corporativa, que consolide em um único documento escrito (...) informações relevantes, em especial as relativas a atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração”.

4.1 Políticas e Práticas de Governança Corporativa

A empresa possui o seguinte organograma:





Seguem as atribuições dos setores que compõe a estrutura de governança da empresa:

Presidência (PRE)

- Presidir, administrar, orientar, coordenar e controlar as atividades da Empresa, competindo-lhe sua representação ativa e passiva nos atos relativos ao seu desenvolvimento, de acordo com as diretrizes gerais do Conselho de Administração;
- baixar os atos de gestão necessários à administração da Empresa, definindo políticas e diretrizes, em consonância com as metas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Fazenda;
- convocar e presidir, de acordo com as disposições legais pertinentes, as Assembleias Gerais e as reuniões de Diretoria, em nome do Conselho de Administração ou da Diretoria;
- aprovar atos referentes à administração de pessoal da Empresa;
- enviar ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, nos prazos fixados por lei, as contas da Empresa, relativas a cada exercício financeiro;
- ratificar as dispensas e inexigibilidades de licitação, preliminarmente, aprovadas por outro membro da Diretoria;
- exercer as competências não previstas no Estatuto que lhe forem fixadas ou delegadas pelo Conselho de Administração;
- aprovar:
 - o plano anual de trabalho;
 - a proposta de orçamento anual e eventuais reformulações;
 - os relatórios de atividades, boletins, balancetes e balanços;
 - propostas de aquisição, alienação ou gravame de bens imóveis da Empresa, por autorização do Conselho de Administração;
 - ordenar despesas e firmar acordos, convênios, contratos, ajustes e protocolos.



Vice-Presidência (VPR)

- Assessorar o Presidente na direção, coordenação e gestão estratégica da Empresa;
- promover a integração das Diretorias;
- participar da formulação das políticas e diretrizes da Empresa, em articulação com as Diretorias;
- coordenar, em conjunto com a Presidência, a elaboração do planejamento global, com ênfase nos projetos especiais, acompanhar e avaliar sua execução e propor medidas que assegurem a consecução dos objetivos e metas estabelecidos;
- instituir, em conjunto com as Diretorias, planos, instrumentos e mecanismos capazes de assegurar interfaces e processos para a constante inovação da gestão e modernização da Empresa;
- coordenar, em conjunto com a Diretoria de Administração e Finanças, a elaboração da proposta orçamentária, acompanhar sua efetivação e respectiva execução financeira;
- dar suporte e assistência ao expediente externo e interno da Presidência e as demais rotinas do trabalho.

Diretoria de Operações (DOP)

- Dirigir, estabelecer controles e aperfeiçoar os serviços, prestados pela Empresa, inerentes à tecnologia da informação, incluindo as atividades de instalação e manutenção do parque de equipamentos de informática, meios de telecomunicações da rede de dados e aplicativos corporativos sob a responsabilidade da IplanRio, garantindo o acesso aos sistemas departamentais e corporativos;
- administrar a infraestrutura física e de equipamentos, aplicativos, rede e equipe técnica do Centro de Dados da IplanRio atendendo aos padrões de qualidade e prazos estabelecidos;



- elaborar, manter e melhorar a qualidade dos serviços de TIC através da aplicação das normas e padrões pertinentes e dos acordos de níveis de serviços relacionados;
- elaborar, planejar, executar e controlar os serviços de entrada e de saída de dados, de criação e alteração de formulários eletrônicos, impressão e acabamento dos produtos do site de impressão;
- expedição de material e produtos gerados no Centro de Dados da IplanRio, visando a disponibilização dos produtos aos seus destinatários;
- coordenar a execução das atividades de planejamento de capacidade e de análise de performance para os serviços a serem incorporados ao Centro de Dados da IplanRio;
- administrar e analisar a capacidade dos recursos do Centro de Dados da IplanRio e do ambiente computacional da IplanRio subsidiando o planejamento de aquisição de recursos para suprir o crescimento vegetativo dos sistemas e serviços hospedados na IplanRio;
- coordenar a prestação de serviço de monitoração dos ambientes operacionais e de toda a rede de comunicação de dados do Centro de Dados da IplanRio, a fim de garantir a operacionalidade, disponibilidade e o adequado funcionamento da infraestrutura tecnológica, vinte quatro horas por dia, sete dias na semana;
- fornecer informações para subsidiar a elaboração e a construção de novos projetos, acompanhando e prestando apoio às áreas de planejamento e desenvolvimento de sistemas;
- responder pelos projetos e validação das instalações da Rede de Comunicação de Dados da PCRJ;
- elaborar especificações técnicas de produtos e serviços em sua área de competência para que sejam anexados aos Termos de Referência e Editais de interesse da Empresa;
- estabelecer parcerias e convênios para expansão e sustentação da infraestrutura de rede própria e ampliação da conectividade na cidade do Rio de Janeiro.



Diretoria de Planejamento e Novos Negócios (DPN)

- Prospectar oportunidades de emprego da tecnologia da informação na geração de valor para os órgãos e entidades da Prefeitura;
- coordenar a atuação e promover a integração dos Gerentes das Unidades Setoriais da Empresa, denominadas Gerências Técnicas de Informática Setorial;
- promover a integração dos Gerentes Técnicos, buscando aperfeiçoar a comunicação entre eles e o compartilhamento de soluções, bem como de utilização de melhores práticas;
- coordenar as atividades desenvolvidas pelas Unidades Setoriais do Sistema de Informática, no que tange:
- à elaboração e ao acompanhamento dos diversos projetos de Tecnologia da Informação junto às Secretarias da PCRJ e demais órgãos vinculados;
- às ações relacionadas à Tecnologia da Informação nos órgãos que compõem cada Unidade, acompanhando o atendimento dado pela Empresa;
- às ações voltadas para os Sistemas em regime de administração;
- ao equacionamento, junto ao Gestor dos Sistemas sob sua responsabilidade, das prioridades e prazos de atendimento das solicitações;
- ao levantamento e especificação dos requisitos definidos junto aos Gestores de Sistemas e que serão implementados nas soluções mantidas pela IplanRio ou por terceiros supervisionados por esta empresa;
- realizar análises técnicas das demandas de tecnologia da informação, de forma a garantir a integração sistêmica e os padrões tecnológicos da PCRJ;
- planejar e definir estratégias e políticas para o uso de novas tecnologias de informação no âmbito da PCRJ;
- fomentar e promover a inovação tecnológica no serviço público;
- promover atualização tecnológica de forma integrada e planejada no âmbito da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro;
- orientar e disseminar o uso da tecnologia da informação e comunicação pela empresa e por órgãos da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro;



- estabelecer parceria e convênio com universidades, centro de pesquisa, órgãos públicos e empresas privadas para o desenvolvimento conjunto de atividades de pesquisas tecnológicas e disseminação de novas soluções tecnológicas;
- elaborar especificações técnicas de produtos e serviços em sua área de competência.

Diretoria de Sistemas (DSI)

- Planejar, implementar, orientar, acompanhar, avaliar e validar as soluções de software para a Prefeitura, observando os padrões estabelecidos, e diretrizes gerais da Empresa;
- viabilizar soluções de software para Prefeitura com base nas tecnologias disponíveis;
- responder pela manutenção, atualização e adequação quanto às modificações estruturais dos sistemas em uso na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, através das equipes de desenvolvimento de sistemas, assegurando a administração dos mesmos, segundo os padrões de qualidade e prazos estabelecidos;
- responder pela administração de dados da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro visando à integração de dados e zelando pela segurança e fidelidade das informações;
- responder pela qualidade do software produzido para Prefeitura, quanto a qualidade do produto, o uso de padrões estabelecidos, sua segurança e desempenho;
- promover a integração de sistemas, buscando melhorias funcionais e propondo inovações à avaliação técnica e funcional deles;
- participar da elaboração de estudos de processos, realizados no âmbito do Poder Executivo Municipal, que proponham o tratamento da informação e modelos de processos e dados;
- definir, orientar e gerir a aquisição de soluções de software para Prefeitura;



- definir, implantar, disseminar e gerir ferramentas que suportam o ciclo de vida dos sistemas (processos de desenvolvimento e manutenção);
- elaborar especificações técnicas de produtos e serviços em sua área de competência para que sejam anexados aos Termos de Referência e Editais de interesse da Empresa;
- planejar e gerir as contratações conjuntas de Software, no sistema de registro de preços, no âmbito da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro;
- prestar consultoria quanto às aquisições pontuais de Software, no âmbito da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro;
- propor e executar estudos de interesse dos órgãos, relativos à contratação de Softwares;
- propor a definição, elaboração, divulgação e implementação das políticas, diretrizes e normas relativas à contratação de Software;
- propor o desenvolvimento e o treinamento dos servidores com referência à contratação de Software;
- propor e aperfeiçoar mecanismos de avaliação dos resultados entregues pelas empresas contratadas;
- atuar como foro de debates e intercâmbio de experiências e melhores práticas relativas ao tema, além de propiciar meios para que essas práticas sejam replicadas e disseminadas.

Diretoria de Administração e Finanças (DAF)

- Propor as diretrizes financeiras e administrativas da Empresa para garantir os recursos e qualidade dos serviços prestados aos clientes;
- coordenar e supervisionar a execução das atividades, de acordo com as diretrizes emanadas do Sistema Integrado de Fiscalização Financeira e Orçamentária, Contabilidade e Auditoria;
- controlar os custos da empresa, apropriando-os por setor e serviços prestados, elaborando a tabela de preços de referência para a prestação de serviços;



- participar da elaboração de estudos, realizados no âmbito do Poder Executivo Municipal, que proponham a gestão de custos;
- gerir processos orçamentários, respondendo pelo cumprimento de prazos, controle de custos e recursos e análise de resultados;
- estabelecer e acompanhar os acordos de níveis de serviço firmados com os clientes;
- viabilizar a operacionalização das estratégias da Empresa de forma a prover agilidade e qualidade no atendimento aos clientes;
- estabelecer parcerias e convênios para expansão e sustentação da infraestrutura de rede própria e ampliação da conectividade na cidade do Rio de Janeiro;
- coordenar e supervisionar a execução das atividades, de acordo com as diretrizes emanadas dos respectivos Sistemas Municipais, relativas à:
 - comunicações administrativas;
 - administração de material e suprimentos;
 - serviços gerais;
 - transportes;
 - execução orçamentária;
- supervisionar a administração da sede da Empresa.

Assembleia Geral (AGE)

- Aprovar e alterar o Estatuto Social da Empresa;
- eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal da Empresa;
- tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- autorizar a emissão de debêntures;
- suspender o exercício dos direitos de acionistas;
- deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorre para a formação do capital social;



- deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação e cisão da Empresa, sua dissolução e liquidação;
- eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas;
- deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos;
- aprovar a correção da expressão monetária do capital social.

Conselho de Administração (CAD)

- Fixar a orientação geral dos negócios da sociedade;
- eleger e destituir os diretores da Sociedade e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser o presente Estatuto;
- fiscalizar a gestão dos diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Sociedade, bem como solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- convocar a Assembleia Geral quando achar conveniente ou no caso previsto no artigo 132, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976;
- manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;
- deliberar sobre a emissão de ações ou de bônus de subscrição;
- autorizar a alienação ou oneração de bens imóveis e a concessão de aval, endosso, fiança ou quaisquer outros atos de favor ou estranhos ao objeto da sociedade;
- escolher e destituir auditores independentes.
- discutir, aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de governança corporativa, relacionamento com partes interessadas, política de gestão de pessoas e código de conduta dos agentes;
- implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a IplanRio, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude;



- estabelecer política de porta-vozes visando a eliminar risco de contradição entre informações de diversas áreas e as dos executivos da IplanRio;
- avaliar os diretores da IplanRio, por meio de avaliação de desempenho, individual e coletiva, de periodicidade anual.
- alterar os valores estabelecidos nos incisos I e II do art. 39 do Decreto Municipal nº 44.698/2018 para refletir a variação de custos, por deliberação do Conselho de Administração da IplanRio, observadas as diretrizes estabelecidas pelo acionista majoritário, por meio de decreto e condicionada à ratificação em Assembleia Geral de Acionistas.

Conselho Fiscal (COF)

- Fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos Administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- opinar sobre o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras do exercício social, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral, quando for o caso;
- manifestar-se sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, planos de investimentos ou orçamentos de capital, distribuição de dividendo, transformação, incorporação, fusão ou cisão.
- denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não adotarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da empresa, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências;
- examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;
- convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um 1 (um) mês essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes;



- analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela empresa;
- fornecer, sempre que solicitadas, informações sobre matéria de sua competência a acionista, ou grupo de acionistas, que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital social da empresa;
- exercer essas atribuições durante a eventual liquidação da empresa, tendo em vista as disposições especiais que a regulam; e
- acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações.

Além do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Assembleia Geral, a empresa possui em sua estrutura organizacional o “Escritório de Gerenciamento de Projetos”, o “Escritório de Custos e Métricas Financeiras”, a “Assessoria Técnica de Gestão Institucional e Estratégica” e a “Ouvidoria”.

Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGP)

- Assessorar a Empresa no gerenciamento de seu portfólio de programas e projetos;
- definir e manter a metodologia para gerenciamento de projetos, fiscalização, revisões e inspeções técnicas;
- definir, implantar e administrar ferramentas de suporte ao gerenciamento de projetos;
- responder pelo suporte, treinamento e consultoria técnica, na utilização da metodologia, ferramentas e melhores práticas em gerenciamento de projetos;
- monitorar e controlar o gerenciamento de projetos sob o ponto de vista de escopo, tempo, custo e riscos envolvidos;
- difundir o conhecimento em gerenciamento de projetos, na Empresa;
- apoiar o planejamento dos projetos estratégicos da Empresa;



- fornecer à Vice Presidência e à Diretoria informações gerenciais consolidadas, sobre os projetos estratégicos, de forma a auxiliar na tomada de decisões;
- intervir, quando necessário, nos projetos, sob seu acompanhamento, ao detectar situação que possa comprometer o sucesso dos mesmos;
- elaborar trabalhos e emitir pareceres de interesse da Empresa em sua área de atuação.

Escritório de Custos e Métricas Financeiras (ECMF)

- Controlar os custos da empresa, apropriando-os por setor e serviços prestados, elaborando a tabela de preços de referência para a prestação de serviços;
- suportar, tecnicamente, as atividades de comercialização, faturamento e cobrança dos serviços da Empresa;
- participar da elaboração de estudos, realizados no âmbito do Poder Executivo Municipal, relacionados à gestão de custos;

Assessoria Técnica de Gestão Institucional e Estratégica (ATGI)

- Assessorar a Empresa em assuntos de natureza estratégica, para atendimento às diretrizes emanadas pelo Órgão Gestor do Sistema Municipal de Informática;
- implementar a Política de Gestão Institucional no âmbito da Empresa, de acordo com as diretrizes emanadas pelo Órgão Gestor do Subsistema Municipal de Gestão Institucional;
- proceder à articulação estratégica de assuntos institucionais específicos, determinados pelo Diretor Presidente;
- elaborar o plano estratégico e o planejamento tático da IplanRio, consolidando e integrando os planos de ação das diferentes áreas da Empresa;



- formular e implementar estratégias e mecanismos de integração, desenvolvimento e fortalecimento institucional;
- acompanhar a elaboração e a consolidação dos planos e programas anuais e plurianuais da Empresa;
- coordenar e supervisionar a sistematização, padronização e implantação de técnicas e ferramentas de gestão e de melhoria de processos;
- submeter aos órgãos técnicos do Subsistema demandas por racionalização de processos ou alterações estruturais;
- assessorar, tecnicamente, o Titular da Empresa nas ações de Gestão Institucional;
- elaborar trabalhos e emitir pareceres de interesse da Empresa, em sua área de atuação;
- realizar estudos, pesquisas e projetos para o aperfeiçoamento organizacional da Empresa;
- interagir com os demais órgãos da PCRJ, a fim de buscar alternativas e boas práticas de gestão para otimizar os processos de trabalho na Empresa;
- participar de intercâmbio de experiências e informações com os demais agentes que compõem o Subsistema Municipal de Gestão Institucional;
- participar da análise prévia de todas as contratações, relativas à Gestão Institucional, no âmbito da Empresa.

Ouvidoria

- Representar o cidadão, junto à instituição em que atua, viabilizando um canal de comunicação com o público;
- estabelecer uma parceria com os demais servidores, participando da melhoria da qualidade dos serviços e produtos, estimulando a eficiência e a austeridade administrativa;
- simplificar procedimentos, facilitando o acesso do cidadão à Ouvidoria e agilizando as solicitações;
- encaminhar a questão à área competente para solucioná-la;



- sugerir e recomendar soluções, atuando na prevenção e soluções de conflitos;
- buscar a correção de erros, omissões e abusos;
- apurar as questões levantadas, em sua área de atuação, e propor as soluções que entender cabíveis;
- atender com cortesia e respeito, sem preconceito ou pré-julgamento, de forma a garantir os direitos do cidadão;
- participar das reuniões de Ouvidorias, de cursos, palestras e treinamentos, promovidos pela Ouvidoria Geral.

A “Auditoria Interna” e o “Escritório de Riscos, Conformidade e Segurança” compõem e complementam as atividades de Governança Corporativa da empresa e serão detalhados na próxima sessão deste documento.

As competências dos setores supracitados podem ser obtidas em detalhe por meio de consulta ao Sistema Integrado de Codificação Institucional – SICI, que pode ser acessado através do seguinte endereço eletrônico: <http://sici.rio.rj.gov.br>



Práticas de Governança Corporativa na IplanRio

A seguir serão apresentadas algumas das principais práticas de governança e gestão que a Empresa vem adotando:

- Gerenciamento de Projetos
 - Definição da Metodologia de Gerenciamento de Projetos (MGP)
 - Definição de ferramentas institucionais para GP
 - Consultoria (apoio) em GP para os líderes e colaboradores de projetos
 - Capacitação dos colaboradores em técnicas e ferramentas de GP
 - Elaboração de Plano de Resposta aos Riscos para os projetos críticos
- Planejamento Estratégico
 - Elaboração e acompanhamento do Plano estratégico da Empresa
- Gerenciamento de Riscos
 - Definição da Metodologia de Gerenciamento de Riscos (MGR)
 - Capacitação em Gerenciamento de Riscos em Projetos
 - Capacitação em Gerenciamento de Riscos Corporativos
 - Em 2019 foram ministradas 4 (quatro) turmas de gerenciamento de riscos corporativos: 1 (uma) para os gestores da IplanRio e 3 (três) para diversos órgãos da PCRJ, totalizando 86 treinandos.
 - Análise de riscos para os processos da área de pessoal
 - Análise de riscos para os principais sistemas da PCRJ
 - Matriz de Riscos para Aquisições de produtos e serviços
- Documentos Padrões de Governança Publicados no sítio da Internet/Intranet
 - Código de Ética, Conduta e Integridade
 - Política de Divulgação das Informações
 - Classificação das Informações (Portaria “N” Nº 267 de 2018)
 - Política de Segurança das Informações
 - Decreto Rio Nº 44.276 de 2018
 - Deliberação CGTIC-Rio Nº 001 de 2018
 - Metodologias de Gerenciamento de Projetos e de Ger. de Riscos
 - Regimento Interno - Estabelece normas para a aplicação das políticas da empresa relativas ao comportamento de seu corpo funcional



4.2 Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos

No que se refere à estrutura de gerenciamento de riscos e controles internos, para apoiar a governança corporativa, a empresa possui em sua estrutura organizacional os seguintes setores:

Auditoria Interna subordinada à Auditoria Geral da Controladoria Geral do Município – CGM, possuindo as seguintes competências:

- criar condições para assegurar a eficiência do controle interno por parte da Auditoria Geral da Controladoria Geral do Município, e do controle externo, exercido pelo Tribunal de Contas do Município;
- avaliar a gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e operacional da Entidade e verificar a utilização regular dos recursos, executando trabalhos de auditoria específicos, através da aplicação de Programas de Auditoria respectivos;
- exercer o controle interno através de inspeções, verificações e revisões programadas, objetivando preservar o patrimônio da Entidade, bem como garantir a correção dos procedimentos praticados nas operações;
- apresentar sugestões para o aprimoramento do Sistema de Controle Interno da Entidade;
- elaborar o Plano Anual de Trabalho de auditoria a ser aprovado pelo órgão central do Subsistema de Auditoria;
- informar à direção da Entidade e à Auditoria Geral da Controladoria Geral do Município, quaisquer irregularidades apuradas nos trabalhos executados;
- oferecer subsídios ao Conselho Fiscal, na proporção dos exames de auditoria realizados;
- examinar, previamente, as prestações de contas da Entidade;
- acompanhar a implementação das recomendações dos relatórios emitidos pela Auditoria Geral da Controladoria Geral do Município;
- cumprir as determinações constantes nos atos normativos elaborados pelo órgão central do Subsistema de Auditoria;



- acompanhar o cumprimento das diligências baixadas pelo Tribunal de Contas do Município.

Escritório de Riscos, Conformidade e Segurança, em consonância com a Lei 13.303/16 e ao Decreto Rio Nº 44698 foi criado, através do Decreto Rio Nº 44962 de 24 de agosto de 2018, com as seguintes competências:

- Orientar os processos de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades da empresa, incorporando a visão de riscos à tomada de decisões estratégicas, em conformidade com as regulamentações aplicáveis e as melhores práticas de mercado, incluindo fraude e corrupção;
- estabelecer diretrizes e definições estratégicas para a elaboração do Plano de Segurança da Informação;
- propor e acompanhar planos de ação para aplicação da Política de Segurança da Informação, assim como campanhas de conscientização dos usuários;
- elaborar e submeter propostas de normas e políticas de uso dos recursos de informação, tais como:
 - classificação das informações;
 - gerenciamento de identidade e controle de acesso lógico;
 - controle de acesso físico;
 - controle de acesso à internet;
 - utilização do correio eletrônico;
 - utilização de equipamentos de tecnologia da informação;
 - utilização de programas e aplicativos;
 - utilização de armazenamento lógico;
 - contingência e continuidade do negócio.



- rever a Política de Segurança da Informação e normas relacionadas e sugerir alterações;
- emitir pareceres com análises e orientações quanto às formas de sanar descumprimentos das normas referentes à Política de Segurança de Informação da PCRJ;
- avaliar relatórios e resultados de auditorias apresentados pelo Escritório relativo à Segurança da Informação;
- apresentar à Presidência os resultados da Política de Segurança da Informação;
- elaborar relatório anual de suas atividades, com a definição de metas e indicadores, a ser encaminhado no último trimestre de cada ano à Presidência.



Modelo das 3 Linhas de Defesa

A IplanRio adota a delegação e a coordenação das responsabilidades essenciais de gestão de riscos baseada na abordagem das Três Linhas de Defesa: A 1ª linha de defesa é de competência do gestor do processo/projeto/produto, por meio do desenvolvimento e da implementação de políticas e procedimentos internos que possam oferecer garantia razoável de que as atividades estejam de acordo com as metas e objetivos; a 2ª linha de defesa é coordenada pelo setor de Riscos, Conformidade e Segurança (RCS), de forma a garantir que a primeira linha funcione como pretendido no que diz respeito à gestão de riscos e controles; e a 3ª linha de defesa é de competência da Auditoria Interna com o apoio da CGM, fornecendo avaliações independentes e objetivas sobre os processos de gestão de riscos, controles internos e governança à alta administração.

A abordagem das Três Linhas de Defesa, embora não seja um modelo de gestão de riscos, é uma forma simples e eficaz para melhorar a comunicação e a conscientização sobre os papéis e as responsabilidades essenciais de gestão de riscos e controles internos. Podemos ainda considerar que o TCM-RJ compõe a 4ª linha de defesa.



Figura - Referencial básico de Gestão de Riscos - TCU, 2018.



4.3 Fatores de Risco

Segue uma lista sugestiva e não exaustiva de eventos de risco operacional, baseada no “Manual de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão” do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

Fator	Subfator e Exemplos de Riscos
PROCESSOS	<p>COMUNICAÇÃO INTERNA:</p> <ul style="list-style-type: none">• Os insumos e as informações não são recebidos em tempo adequado para a execução do processo• Ausência de padrões mínimos definidos para a execução do processo• Erros e falhas de informações que afetam a execução do processo <p>MODELAGEM:</p> <ul style="list-style-type: none">• Fluxo desatualizado e não reflete a prática atual utilizada na execução do processo• Ausência de avaliações periódica sobre a adequabilidade do desenho do processo• Ausência ferramenta para análise e melhoria contínua do processo• Falha ou falta de metodologia que auxilie no mapeamento do processo <p>SEGURANÇA FÍSICA:</p> <ul style="list-style-type: none">• Falha ou falta de segurança no ambiente de trabalho que afeta a execução do processo• Acesso a áreas consideradas como críticas sem que as pessoas estejam devidamente credenciadas e identificadas <p>ADEQUAÇÃO À LEGISLAÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none">• Descumprimento de prazos legais na execução do processo• Ausência de compilação e distribuição de legislação pertinente ao processo em execução• Execução do processo em desacordo com as normas/regimento• Descumprimento de prazo judicial na execução do processo• Descumprimento de obrigação regulatória na execução do processo



Fator	Subfator e Exemplos de Riscos
PESSOAS	<p>CARGA DE TRABALHO:</p> <ul style="list-style-type: none">• Rotatividade (<i>turnover</i>) de pessoal acima do esperado que afeta a execução do processo• Capacidade operacional insuficiente para a execução do processo• Falha ou falta de dimensionamento da capacidade operacional com impacto na execução do processo <p>COMPETÊNCIAS:</p> <ul style="list-style-type: none">• Capacitação da equipe é insatisfatória para a execução do processo• Concentração de conhecimentos em determinados servidores afetando a execução do processo• Falha ou falta de disseminação de conhecimento afetando a execução do processo• Falha ou falta de capacitação que afeta a execução do processo <p>AMBIENTE ORGANIZACIONAL:</p> <ul style="list-style-type: none">• Ausência de satisfação e/ou de bem-estar do servidor na execução de sua tarefa• Desconhecimento dos objetivos do processo por parte dos Servidores• Servidores desconhecem as suas responsabilidades individuais na execução do processo• Ausência de recursos necessários para execução das tarefas• Resistência de Servidores em promover alterações nas condições de trabalho <p>CONDUTA:</p> <ul style="list-style-type: none">• Ausência de postura ética nas atividades e nos relacionamentos interpessoais• Falta de atenção e zelo na execução do processo• Ausência de imparcialidade, cumprimento das leis e normas/regulamentares, confidencialidade e comprometimento na execução do processo § Quebra de sigilo e confidencialidade



Fator	Subfator e Exemplos de Riscos
AMBIENTE TECNOLÓGICO	<p>SEGURANÇA LÓGICA:</p> <ul style="list-style-type: none">• Ausência de estrutura de perfis de acesso aos sistemas para execução do processo• Ausência de controle de acesso lógico Ausência de <i>logon</i> próprio na rede institucional• Falha ou falta de meios seguros de acesso aos sistemas• Inexistência de registro nos sistemas (<i>log</i>) das transações críticas• Ausência de formalização que defina as responsabilidades do usuário externo do sistema• Incapacidade do sistema de prover informações confiáveis e suficientes sobre o processo em execução <p>INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA:</p> <ul style="list-style-type: none">• Grau de informatização do processo inadequado para execução do processo• Informações e dados armazenados em diretórios não protegidos e sem controle de acesso• Ausência de backup de arquivos, planilhas e bancos de dados essenciais à execução do processo• A estação de trabalho não possui dispositivo de <i>time-out</i>• Descarte de mídias sem apagar os conteúdos reservados• Sobrecarga de sistemas de processamento de dados no momento da execução do processo• Inadequação de sistemas operacionais/aplicativos para execução do processo• Falhas de hardware, faltas de backup e de legalização do software afetando a execução do processo• Obsolescência dos sistemas e equipamentos afetando a execução do processo• Ataques lógicos à rede afetando a execução do processo <p>SOLUÇÃO DE TI:</p> <ul style="list-style-type: none">• Inexistência de controle nas requisições e nas melhorias requeridas nos sistemas cuja falta de implementação afeta a execução do processo• Falha ou falta de homologação de sistema impedindo a execução do processo de forma automatizada <p>COMUNICAÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none">• Instabilidade nos sistemas operacionais afetando o processo• Incompatibilidade e/ou indisponibilidade de informações afetando a execução do processo



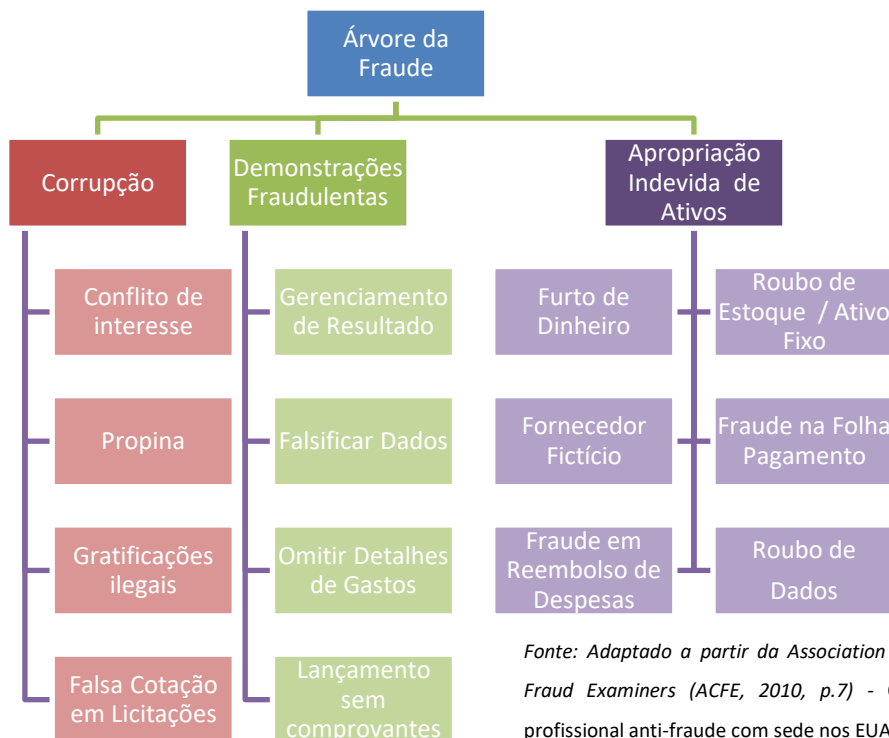
Fator	Subfator e Exemplos de Riscos
EVENTOS EXTERNOS	<p>DESASTRES NATURAIS E CATÁSTROFE:</p> <ul style="list-style-type: none">• <i>Ação Humana</i>: ações intencionais executadas por terceiros para lesar o órgão, como por exemplo:<ul style="list-style-type: none">○ roubos, falsificações, furtos, atos de vandalismos, fraudes externas;○ degradação do meio ambiente; e○ alterações no ambiente econômico, político e social• <i>Força Maior</i>: enchentes, terremotos, catástrofes (queda de prédio) e outros desastres naturais <p>AMBIENTE REGULATÓRIO:</p> <ul style="list-style-type: none">• Alterações inesperadas na legislação ou em marcos regulatórios pelos órgãos fiscalizadores e reguladores <p>AMBIENTE SOCIAL:</p> <ul style="list-style-type: none">• Cenário socioeconômico interfere na execução do processo• Retrações ou não-aproveitamento de oportunidades de mercado provocadas por eventos relacionados a segurança patrimonial que impede a execução do processo <p>FORNECEDORES:</p> <ul style="list-style-type: none">• Indisponibilidade de recursos em virtude de concentração em um único fornecedor que impede a execução do processo• Falhas ou indisponibilidade de serviços públicos que afeta a execução do processo



Fraudes

Pela Lei 13.303/2016 e Dec. 44.698/2018, compete ao Conselho de Administração da Empresa, entre várias outras atribuições, a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta, incluindo os relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude.

Corrupção	Demonstrações Fraudulentas	Apropriação Indevida
<ul style="list-style-type: none">• É quando se utiliza a influência ou poder para se obter uma vantagem (para o autor e/ou em terceiros) contrária ao dever para com a entidade empregadora ou ao direito da contraparte.• Podemos identificá-la através do suborno, conflito de interesses, extorsão econômica e desconto impróprio.	<ul style="list-style-type: none">• Ocorre com a inclusão de informações não verdadeiras nos relatórios, conhecido também como a “maquiagem” ou as “pedaladas”, que tem como objetivo induzir o leitor ao erro.• Podem ser identificadas como relatórios financeiros e não financeiros.	<ul style="list-style-type: none">• Envolve desvios e utilização indevida dos ativos e recursos da organização.• Pode ser identificada através do furto, manipulação de despesas, manipulação de inventário e declaração de renda.





4.4 Controles Básicos de Riscos

Segue uma lista sugestiva e não exaustiva de controles básicos, baseada no “Manual de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão” do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

Categoria de Risco	Fatores	Subfatores	Controles Básicos
Risco de Integridade			Postura da alta administração
			Políticas e procedimentos anticorrupção
			Mapeamento dos Riscos de Corrupção
			Criação de indicadores dos riscos de corrupção dos passos decisórios
Risco de Conformidade			Acompanhamento e Análise de Normas e Regulamentos Externos
			Pareceres da Assessoria Jurídica
			Atividades de Treinamento
			Normas e Procedimentos
Risco Operacional	Pessoas	Carga de Trabalho	Planejamentos de longo, médio e curto prazos
			Acordo de Trabalho
			Pesquisa de Clima Organizacional
			Reuniões Participativas
		Competências	Identificação da Necessidade de Conhecimento / Habilidades
			Atividades de Treinamento
			Normas e Procedimentos
			Ferramentas de autoavaliação de Conhecimentos / Habilidades
		Qualidade de Vida no Trabalho	Pesquisa de Clima Organizacional
			Condições Ambientais
			Comunicação com a Administração
			Processo de Gerenciamento de Equipes
		Conduta	Valores Éticos e Normas de Conduta do Órgão / Unidade
			Alçadas e Limites
			Mecanismos de Motivação / Recompensa / Punição – Práticas de Disciplina e Demissão
			Reconhecimento de Responsabilidade por Escrito
Conferências e Autorizações			
Rodízio de Funcionários			
Segregação de Funções			
Testes de Conformidade			
Canais de Comunicação com a Sociedade			



Categoria de Risco	Fatores	Subfatores	Controles Básicos		
Risco Operacional	Processos	Comunicação Interna	Canais de Comunicação com os Servidores Normas e Procedimentos		
		Modelagem	Ferramentas para Análise e Melhoria Contínua de Processos Metodologia de Autoavaliação de Riscos e Controles Validações – <i>Backtesting</i>		
			Segurança Física	Mecanismos de Segurança Física Controles de Acesso Físico Manutenção de Equipamentos	
				Pontos de Controle	Normas e Procedimentos Metodologia de Autoavaliação de Riscos e Controles Mecanismos de Monitoramento e Reporte
		Adequação à Legislação			Testes de Conformidade Normas e Procedimentos
		Risco Operacional	Sistemas	Segurança Lógica	Políticas e Diretrizes Controles de Acesso Lógico Arquivo e Preservação de Registros
					<i>Hardware e Software</i>
				Análise e Programação	
					Rede de Comunicação
				Risco Operacional	
Ambiente Regulatório	Análise da Conjuntura Política e Econômica Nacional e Internacional				
Ambiente Social	Análise da Conjuntura Política e Econômica Nacional e Internacional				
Fornecedores	Controles de Serviços Terceirizados Planos de Contingência				
Clientes	Controles de Acesso Lógico				
Meio Ambiente	Valores Éticos e Normas de Conduta				
Risco de Imagem			Valores Éticos e Normas de Conduta Normas e Procedimentos Controles de Serviços Terceirizados Pesquisa de Satisfação Canais de Comunicação com a Sociedade Canais de Comunicação com os Servidores		



4.5 Descrição da Composição e da Remuneração da Administração

A descrição da composição e da remuneração da administração está fundamentada pela Lei 6.404/1976, art. 152, pela Lei 13.303/2016, art.8º, Inciso III, bem como no Decreto 44.698/2018, art.9º.

Composição do Conselho de Administração

	Conselho de Administração
Membro do Conselho	Bruno Rainho Mendonça
Membro do Conselho	Clovis Albuquerque Moreira Neto
Membro do Conselho	Júlio César Urdangarin Batista Júnior

Composição do Conselho de Administração e Fiscal

	Conselho Fiscal
Membro do Conselho	Maurício Cabreira Esquerdo (11/2239.577-0)
Membro do Conselho	Renata Borges Nunes dos Santos (11/152.563-3)
Membro do Conselho	Jorge Luís dos Santos (11/172.963-1)

Composição da Diretoria Executiva

Diretor Presidente	Júlio César Urdangarin Batista Junior
Diretor da DAF	Fábio Barbosa Baptista
Diretor da DPN	Fernando Ivo Pimentel Cavalcante
Diretor da DSI	Simone Torres de Assumpção
Diretor da DOP	João Antônio Cypriano Costa

Remuneração da Administração

Em consonância com o disposto no Decreto nº 8.945, de 2016 a composição da remuneração dos Administradores e Conselheiros Fiscais estão disponíveis no link: <http://www.rio.rj.gov.br/web/transparencia>



4.6 Dados Econômico-Financeiros e Comentários Sobre o Desempenho

4.6.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais

As Demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis estabelecidas pela Lei nº 6.404/76 e Lei nº 4.320/64, além da Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018 e da Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018, que aprovaram a 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, e disposições legais complementares vigentes.

As Receitas e as Despesas são codificadas orçamentariamente de acordo com a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 04/05/2001, e suas respectivas alterações; e com o Classificador de Receitas e Despesas, nos termos da Resolução Conjunta SMF/CGM nº 95 de 21/02/2019, e suas respectivas alterações, tendo sido registradas como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício.

O Capital Social é de R\$ 9.543.675,72 representados por 5.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencendo integralmente à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – PCRJ.

4.6.2 Resultados econômico e financeiro

As demonstrações contábeis da IplanRio são fortemente afetadas pelo comprometimento da Empresa com as políticas públicas do Município, bem como, pelos procedimentos metodológicos determinados pelos órgãos de controle de Administração. Assim, respondem por situação deficitária, primordialmente, os seguintes fatos:

Toda receita da Empresa, quer proveniente das transferências de recursos do Tesouro Municipal, quer da prestação de serviços a outros órgãos, são necessárias e integralmente aplicadas na consecução das metas e objetivos da Administração Municipal;



Os prejuízos ocorridos e acumulados ao longo dos anos são decorrentes, principalmente, das despesas econômicas registradas, como depreciações e provisões trabalhistas.

As demonstrações contábeis e suas notas explicativas encontram-se publicadas, conforme determina a legislação, no sítio da IplanRio na Internet.

4.6.3 Cumprimento de metas e resultados da empresa

O cumprimento das metas da empresa, relacionadas ao Plano Estratégico da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PE-PCRJ), ao Programa Plurianual (PPA) e ao Plano Estratégico da empresa (PE-IplanRio) foram apresentados na sessão 3.3 deste documento.

Os relatórios de gestão, indicadores gerenciais, assim como outros documentos que ter por objetivo de dar a transparência das informações acerca da empresa, podem ser obtidos através da consulta ao sítio da empresa na Internet: <http://prefeitura.rio/web/iplanrio>.

Além destes documentos, consta do Relatório de “Avaliação do Plano Plurianual de 2018-2021 - Avaliação Setorial - Exercício 2019” a avaliação do desempenho do Órgão, apresentada a seguir.

Em 2019, a Empresa Municipal de Informática - IPLANRIO ampliou a quantidade de entregas para Município, levando inovação e transformação digital a diversas áreas da Prefeitura. O Carioca Digital chegou a um milhão de usuários, que foi remodelado recentemente, com o propósito de transformá-lo no principal repositório e canal de serviços da Prefeitura do Rio. Na área de Mobilidade, entregou o aplicativo Onibus.Rio e o Taxi.Rio reafirmou-se como ferramenta de sucesso, chegando a dez milhões de corridas, 15 mil taxistas e 130 mil passageiros cadastrados. Quinze mil atendimentos aos usuários foram realizados através dos canais e no Espaço Taxi.Rio. O módulo corporativo, instituído pelo Decreto Nº 44292/2018, já é utilizado por 24 órgãos, com mais de 15 mil corridas realizadas. Na área da Saúde, lançou o aplicativo Saude.Rio, com avaliação de atendimentos, busca de medicamentos e fila



do Sistema de Regulação - SISREG. Em sete meses, o transporte sanitário via Taxi.Rio realizou seis mil e quinhentas corridas para centenas de pacientes. Ainda na área da Saúde, lançou o novo licenciamento sanitário no SISVISA, vencedor do prêmio Case de Sucesso da IT4Cio. O SISBICHO, também para a Vigilância Sanitária, foi desenvolvido para permitir o cadastramento e chipagem de animais domésticos. Na Educação, desenvolveu o Novo Sistema de Matrícula, mais moderno e gerencial. Também disponibilizou a Declaração de Escolaridade on line, que evitou o deslocamento dos responsáveis para emissão de 17 mil declarações. Na área da Fazenda, lançou a guia on line do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis ITBI, com mais de quarenta e duas mil guias emitidas. Lançou, ainda, serviço que permite ao contribuinte parcelar seus débitos do Imposto Predial e Territorial Urbano IPTU antes que sejam encaminhados para a Dívida Ativa. Disponibilizou para contribuintes de outros municípios, via internet, sistema para declaração do Imposto sobre Serviços - ISS no Rio de Janeiro por empresas com sede em outros municípios. Com esse sistema, foi reduzido em 20% do tempo de análise da solicitação e cerca de 1.800 processos em papel. Para atendimento ao Servidor, lançou o Agendamento de Perícias Médicas, solução que permitiu aos órgãos a realização do agendamento do atendimento via intranet, melhorando o planejamento e controle da operação. Com foco no Urbanismo, criou o Agendamento Eletrônico de Audiências, para organizar a demanda e melhorar o atendimento, fazendo o agendamento direcionado às equipes que os avaliaram. O site Rio Capital Mundial da Arquitetura 2020 apresenta a agenda da cidade sede ao mundo, com todos seus eventos. Lançou também o portal Ruas.Rio, para emissão da certidão de histórico de logradouro e revisão da numeração, quadruplicando a demanda conhecida. Na área de Meio Ambiente lançou o Licenciamento ambiental on-line, tornando imediato o que antes levava trinta dias. Para recuperação de receitas e aumento da arrecadação, lançou o portal Licita Imóveis, dando visibilidade aos imóveis que a Prefeitura coloca à venda. Adaptou os sistemas para o protesto de multas de trânsito, tendo sido enviados mais de 60 mil autos vencidos e sem pagamento para protesto. Numa iniciativa inovadora, avançando no campo da Inteligência Artificial, lançou chatbot para a Procuradoria Geral do Município - PGM,



piloto para atendimento inteligente em toda a Prefeitura. Ainda nessa área, criou duas ferramentas que fornecem informações gerenciais para a atuação da PGM nas ações judiciais e no gerenciamento da carteira da dívida ativa. Na área de Transparência e Controle, implantou o Contas.Rio e o Transparência.Rio, alinhados às melhores práticas de transparência. Fez parte do grupo gestor que lançou o LabGov, espaço de inovação para a busca de soluções para a cidade. Outras iniciativas da empresa em 2019 foram o sistema para bloqueio de ligações de telemarketing e o cadastramento de veículos para acesso a áreas restritas de eventos. A IplanRio participou ainda de todas as 18 edições do evento Prefeitura Mais Perto de Você, oferecendo equipamentos e conectividade aos órgãos, informações e cadastramento no Taxi.Rio e Carioca Digital. Na área de infraestrutura, tivemos importantes realizações para mitigação de riscos e melhoria do ambiente operacional: aquisição de novos equipamentos de firewall, substituição dos equipamentos de proxies, substituição de equipamento de rede responsável pela conexão com os bancos de dados, substituição de parte das baterias do grupo gerador e aquisição e instalação de balanceador de carga. Essas ações refletem em maior estabilidade e qualidade dos serviços prestados aos usuários. Na área de atendimento aos usuários de TIC no ano de 2019, encerramos com um total de 66 mil chamados atendidos, num parque de mais de 30 mil computadores.

Conselho de Administração da IplanRio

CARTA APROVADA NA 294ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
(Original assinada pela Diretoria Executiva e Conselheiros)